

Em nome da Diretoria que hoje toma posse, gostaria de agradecer e cumprimentar a Sra Professora Doutora MÁRCIA ABRAÃO MOURA, Reitora da Universidade de Brasília; a Sra JOÊNIA WAPICHANA, deputada federal; a Doutora ELIANA PERES TORELY DE CARVALHO, SUBPROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA, COORDENADORA DA 6ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO; o PROF. ILDEU MOREIRA, presidente da Associação da Sociedade para o progresso da Ciência -SBPC; o PROFESSOR DOUTOR ARTHUR TRINDADE MARANHÃO COSTA; Diretor do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília; o Professor Doutor CARLOS EMANUEL SAUTCHUCK, Chefe do departamento de Antropologia da UNB; o Professor Doutor ROQUE DE BARROS LARAIA, Presidente de honra da ABA; a Prof. DOUTORA MARIA FILOMENA GREGORI, DO Departamento de Antropologia da UNICAMP, atual PRESIDENTE DA ABA; o Prof. Doutor SERGIO LUIS CARRARA, do departamento de políticas e instituições de saúde da UERJ e a Prof. Doutora CORNÉLIA ECKERT, da UFRGS, que assumirá a vice-presidência da ABA;

É grande a emoção que esta Cerimônia de Posse nos provoca: pela confiança que os associados da ABA depositaram em nós ao nos elegerem, pelo sentimento de gratidão à Diretoria passada, a Bibia e a Sérgio, que colaboraram muito generosamente conosco. Agradecemos também a atenção que nos dedicou a Secretaria. Queremos também exprimir nosso

contentamento aos membros da nova diretoria que aceitaram este convite desafiador!

Nosso sincero agradecimento a todos e a todas que fazem a ABA ser o que é: uma associação que completa 65 anos em plena atividade e com grande dinamismo. O Conselho Diretor, o Conselho Científico, os Comitês e as Comissões de Assessoramento são fundamentais para a vida da ABA: são eles que garantem a articulação dos problemas científicos com a defesa dos Direitos Humanos no interior de um país cujas formas atuais e extremas de violência, de racismo e de desigualdade nos interpelam cada vez mais.

ABA é motivo de orgulho para todos nós. Além de reunir entre seus quadros os expoentes da antropologia desde muitas gerações, abarca, nos dias de hoje, a grande diversidade de especialidades e especialistas que compõem a antropologia contemporânea.

Seus associados se diversificaram, seus interesses e modalidades de ação e de cooperação tecno-científica se multiplicaram local, nacional e internacionalmente. As Interseções de saberes, práticas e interesses que hoje constituem o campo da ciência tem tido desenvolvimentos expressivos no âmbito da antropologia feita no país. As transformações teóricas e epistêmicas do campo antropológico internacional e nacional tiveram consequências significativas no modo estudar populações entendidas como protagonistas de sua história, como atores relevantes para a produção do

conhecimento e sobretudo para o questionamento da herança escravocrata e colonial, enraizada no país.

Não há volta para ciências não-dialógicas, submetidas a interesses pequenos de elites endinheiradas. Está muito longe de nós a aceitação de monopólios e hierarquias que, aberta ou enviezadamente, diminuía o protagonismo científico e cultural das antigas periferias do mundo colonial. São os seus habitantes majoritariamente marcados por desigualdades que se sobrepõem, em termos de raça, gênero e território, os que carregam o peso dessa herança que merece uma busca ativa por reparação.

É sobre este solo associativo, multifacetado, democrático e inclusivo – e também globalizado - que o legado da ABA se estruturou, transmitindo-se e renovando-se permanentemente.

Ao longo dos anos, acumularam-se experiências relacionadas a processos de integração de diversidades que compõem a sociedade brasileira, ao lado, como mencionamos, de reflexões que fizeram crescer a qualidade e o volume da produção científica da nossa associação. Expandiram-se os temas, as perspectivas e as áreas de atuação, engendrando compromissos político-acadêmicos que se consolidaram na ABA. A defesa dos Direitos Humanos, na ABA, se consubstanciou relacionada ao enorme conhecimento e a interlocuções acumuladas com grupos indígenas diversos, em diferentes regiões do país. A defesa da diversidade, em muitos outros domínios, veio se impor pela força dos movimentos e pela difusão social e

cultural mais abrangente de suas diferenças identitárias. A defesa dos direitos das populações LGBTTT, das populações quilombolas, dos ribeirinhos, das populações negras e indígenas pertencem ao escopo programático e a expressão pública da ABA. Trata-se de uma marca disciplinar da antropologia na qual a dimensão inclusiva e dialógica é parte do seu fazer.

Antes de apresentar alguns eixos de atuação gostaria de fazer uma citação de poucas linhas de uma entrevista concedida por Manuela Carneiro da Cunha, referentes à situação dos povos indígenas e do meio-ambiente, em 2019 à revista TUTAMÉIA. Diz ela:

“É um momento como nunca vimos no Brasil. É a primeira vez que há um discurso tão agressivo contra o meio-ambiente e os povos indígenas. Isso nunca foi apoiado explicitamente. Agora é incentivado, é explícito”.

No instante em que a ex-presidente da ABA, Manuela Carneiro da Cunha, escreveu essas linhas, ainda não haviam acontecido as queimadas no Pantanal e na Amazônia, tampouco tínhamos acompanhado a inércia proposital e o descompromisso com a crise pandêmica a todas as populações, com o inaceitável número de mais de 200 mil mortos; não estávamos ainda enfrentando o desmonte inimaginável da FUNAI, as invasões publicizadas de territórios, os ataques jurídicos e políticos em proporções inusitadas. Com efeito, o ano de 2020 nos marcou como um dos piores de nossa história. O que se viveu como ameaça latente em 2018 e 2019 veio se concretizando

como um desmanche das políticas públicas que asseguravam certos direitos, a partir sobretudo da Constituição de 88.

O esvaziamento do SUS, das políticas de saúde das populações indígenas e periféricas, a extinção dos órgãos e instituições de apoio à cultura, às artes e ao patrimônio, o desmonte programado das instituições científicas e tecnológicas, das agências de fomento, o ataque à autonomia das universidades, as ameaças de privatização, as tentativas de eliminação das ciências humanas. A lista é longa.

Todos nós assistimos a essas práticas governamentais com indignação, tristeza e angústia. Mas também com vontade de resistir e reverter esse quadro. Não é possível supor que as atitudes destrutivas desse governo não interfiram na atuação da ABA. O nosso programa é para os próximos dois anos. Anos em que planejamos fazer frente a essas forças que querem desmontar **tudo**, absolutamente **tudo** que **nós prezamos, defendemos e lutamos muito tempo para construir**.

A frase de Manuela Carneiro da Cunha ressoa para nós por indicar que houve uma grave e aterrorizante passagem a ato. De ameaças veladas, de invasões em segredo, de assassinatos não assumidos, de asfixias prolongadas a favor da riqueza de alguns poucos, no campo e na cidade, passamos para uma terrível situação em que a morte veio a ser programada como o acaso inevitável para o bom exercício governamental.

São todos os campos atingidos. O direito à vida está seriamente posto em questão. E não se encontra fora, por acaso, desse escopo governamental o destaque a projetos de desmanche das ciências e das ciências humanas em particular.

A estreita associação entre **Defender Direitos e Fazer Antropologia**, lema da nossa gestão, assume nesse momento os muitos sentidos relacionados à **defesa da vida**. A defesa da vida como o eixo maior sustenta-se por considerar o sentido mais largo que essa noção permite acionar.

Compreende o trabalho científico e tecnológico consistentemente orientado em defesa do meio-ambiente, da biodiversidade, e por conseguinte, debruçado sobre as condições necessárias para o bem-viver das sociedades humanas e não-humanas.

Promover conhecimento colaborativo e atento às mudanças que ameaçam as populações locais e globais é imprescindível nesse momento de negacionismo. A intensificação de uma política de defesa do meio-ambiente neste momento exige também a defesa e publicização das práticas científicas as mais diversas, capazes de apreender a diversidade de sentidos e práticas atribuídos ao bem-viver.

Defender direitos protegendo a vida na situação em que nos encontramos implica uma atenção cuidadosa das instituições científicas, aliadas a associações não governamentais, políticas, sociais e culturais que

levem em conta as catástrofes em repetição que atormentam os moradores das cidades, das florestas e dos campos. Os desastres ambientais como o fogo na Amazônia não revelam tudo o que ainda pode estar por vir.

As calamidades que enfrentamos não se encerram aí e apontam para um eixo complementar de nossas atividades. Emergiu há vários anos, entre nossos associados, uma preocupação mais claramente direcionada às causas das cidades, particularmente sob o prisma de suas periferias. O processo relacionado aos temas já clássicos na antropologia, como o respeito às diferenças, as questões de raça e gênero, ganha impulso quando são também vistos por meio de uma antropologia do Estado, uma antropologia das cidades, uma antropologia sobre as práticas religiosas e da saúde.

A preocupação com as populações submetidas a alto risco, construído no cotidiano violento das cidades, ou, mais simplesmente, como rupturas ao direito de viver em suas casas e comunidades, nos últimos 25 anos, constitui uma exigência posta pela abrangência e diversidade da nossa antropologia e por uma reivindicação ainda maior dos nossos interlocutores, vítimas e atores dos processos de resistência em curso.

Lembremos que fomos testemunhas de cenas públicas que emergiram mais recentemente nas metrópoles e nas pequenas cidades do país. Destaca-se o forte movimento anti-racista que obteve ampla difusão e alcance entre nós. Citemos também a eleição recente de pessoas trans, de representantes

de movimentos negros e indígenas como deputados, vereadores e prefeitos. Lembremos de movimentos de garis, dos motoqueiros, das comunidades deslocadas de seus territórios e muitos outros que reivindicaram visibilidade e protagonismo na esfera pública. Lembremos, finalmente, dos já consolidados movimentos de mães contra a violência, contra assassinato e desaparecimento de seus filhos.

Antes de terminar gostaria de reafirmar o nosso compromisso com os operadores de direito com os quais colaboramos nas esferas político-jurídicas do nosso ordenamento institucional. Os defensores públicos que acompanharam diligentemente os casos de assassinatos que envolvem acusações a agentes da lei. Os Congressistas que se organizam em defesa dos Direitos com foi o caso recente do FUNDEB, agora novamente atacado.

A ABA, insistimos, estrutura-se em uma vasta rede. Ressaltemos as colaborações preciosas dos nossos interlocutores e os nossos compromissos com as associações científicas como a SBPC , a Academia Brasileira de Ciências, a SBS, a ANPOCS, a SBCP. Todas absolutamente essenciais para darmos continuidade aos nossos propósitos.

Sem mais, finalizamos com a esperança de que a ABA prossiga com a potência e entusiasmo de seus associados no fazer antropologia e defender direitos. Muito obrigada.



